

Convivência com a Seca: o Capital Social e Novos Paradigmas de Desenvolvimento no Semiárido Brasileiro

Contextualização e Delineamento do Objeto

Este trabalho tem o objetivo de explorar as contribuições dos Programas Associativos para a renovação dos padrões de desenvolvimento no Semiárido nordestino. Em particular, a pesquisa foca nos programas implementados pela Articulação do Semiárido- ASA, uma federação de ONGs, sindicatos rurais, igrejas e outras associações que atuam na região a partir de um paradigma emancipatório e movimentalista.

A ASA tem por objetivo explícito contrapor sua atuação as formas de desenvolvimento econômico e modernização social que foram aplicados na região de forma hegemônica no Semiárido. A organização critica contundentemente a forma autoritária, descontextualizada, ineficaz e nociva ao meio ambiente que pautou historicamente a atuação do Estado e das políticas públicas na região. Além disso, prossegue a crítica, essas iniciativas são vulneráveis a apropriação por elites locais e contribuem para a perpetuação do coronelismo e formas não republicanas de atuação política. Esse paradigma histórico foi denominado pelos críticos de Combate à Seca.

Como resposta, a ASA tem buscado um novo paradigma de desenvolvimento, a Convivência com o Semiárido. Para tanto, a organização tem atuado por meio de Tecnologias Sociais e Programas Associativos. Estes são marcados pela articulação da inovação técnica com formas democráticas e intensas de participação dos beneficiários na sua concepção, planejamento, execução e manutenção. Destaca-se aqui o Programa Cisternas, que envolve comunidades rurais na construção de reservatórios de água para consumo, produção ou educação ambiental. Pela sua escala e capilaridade, este programa impactou decisivamente quase todas as comunidades rurais do Semiárido. Além das cisternas, também são construídas barragens locais, desenvolvidas ações de formação em gestão de recursos hídricos, organizadas redes de preservação e troca de sementes crioulas, e uma miríade de outros programas.

Todas essas ações e programas têm como objetivo explícito suprir um recurso vital, como água, alimentos ou infraestrutura para produção. Mas visam igualmente criar redes de informação, de solidariedade, de inovação, de produção e de educação. As cisternas, por exemplo, demandam em sua montagem pessoas que podem ser formadas como pedreiros, em uma ação de inclusão produtiva. E envolvem a comunidade beneficiária em um curso de gestão de recursos hídricos, na qual são ministradas noções de gestão ambiental, de convivência com a seca, bem como de cuidado e operação do equipamento em si. Ao fim, o que se objetiva é a formação de uma densa trama de movimentos sociais capazes por si de gerar uma infraestrutura de monta, mas também de ligar comunidades, produtores, consumidores, polos de inovação, entidades públicas e organizações internacionais.

É fundamental notar que o objetivo na formação dessas intervenções não se restringe a obtenção de ativos e atributos individuais, como um incremento de renda ou o acesso à água. O fulcro da atuação é a democratização, tanto no processo decisório-político, como no uso dos recursos necessários à vida e a produção, como a água, a terra, o crédito. Por isso, no plano normativo, essa noção de desenvolvimento expressa na convivência com a seca não tem um conteúdo ou uma métrica prévia

(como por exemplo o aumento do PIB, ou do IDH). Espera-se que esse conteúdo seja uma emergência do debate e deliberação no interior dessas redes e organizações.

Por isso, aproximamos aqui esta concepção ético-política do Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen (2000). Tal qual preconiza esse teórico, a prática da ASA exprime a noção de que os objetivos do desenvolvimento não podem equivaler ao aumento da riqueza, ou renda, ou mesmo qualquer indicador habitual de desenvolvimento humano. A capacidade de uma pessoa ou comunidade definir o tipo de vida que se almeja levar é pelo menos tão importante quanto a concretização dessa vida. É esse profundo deslocamento conceitual que permite articular uma prática que equilibra a sustentabilidade ambiental, a melhora da qualidade de vida e uma prática profundamente democrática.

Problemas de Pesquisa

Esta investigação se beneficia da rica literatura que articula as noções de desenvolvimento deliberativo, capital social e instituições. Peter Evans (2003), Alejandro Portes (2000), Elinor Ostrom (2006), mostraram que esse enfoque relacional é bastante fecundo para estudos de caso que visam elucidar mecanismos e arranjos associativos. No caso do rural brasileiro, a Ricardo Abramovay (2000), explorou os impactos do capital social no desenvolvimento territorial.

Essa literatura converge em apontar que, sob certas condições, certos arranjos institucionais e associativos podem ser decisivos ao vincular polos de inovação, empresas, produtores familiares e movimentos sociais, com reflexos determinantes em programas e políticas públicas de desenvolvimento. Por outro lado, esses autores mostram também que há muitas tentativas frustradas, bem como limites consideráveis nessas abordagens.

Há como pano de fundo essa intencionalidade por parte da ASA de adensar redes e vínculos, e criar uma infraestrutura material e ideal para um novo sentido para o desenvolvimento regional. Dela decorrem nossos problemas de pesquisa: quais são os vínculos e redes efetivamente estabelecidos pelas iniciativas citadas? Como são criadas e mantidas essas redes? Elas têm de fato o impacto esperado de reorientar, incrementar e democratizar o desenvolvimento regional? Caso positivo, qual o sentido novo dessa forma de desenvolvimento? E quais são seus limites?

Proposta para o Seminário Discente

Neste momento do Seminário Discente, pretendo apresentar essa introdução teórica, minha abordagem metodológica, e os resultados preliminares da pesquisa, baseados na entrevista de atores nacionais e investigação de documentos e textos da ASA.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*. n° número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.
- EVANS, P. Além da "Monocultura Institucional": instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 9, p. 20-63, jan. 2003.
- OSTROM, E. *Governing the Commons: the Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- PORTES, A. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. In Lesser, Eric L. *Knowledge and Social Capital*. Boston: Butterworth-Heinemann, 43-6. 2000.